

**ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A FOME: A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

***BETWEEN THE CONSTITUTION AND HUNGER: THE IMPLEMENTATION OF THE HUMAN RIGHT TO ADEQUATE FOOD IN CONTEMPORARY BRAZIL***

Danielly de Andrade Rangel <sup>1</sup>

André Manoel Correia dos Santos <sup>2</sup>

Teresa Cristina Miglioli <sup>3</sup>

Andrea Bittencourt de Santana Teixeira <sup>4</sup>

**Resumo:** A insegurança alimentar constitui fenômeno multidimensional, determinado por fatores econômicos, sociais e institucionais que impactam o acesso regular e permanente à alimentação adequada. No Brasil, a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está vinculada à consolidação de políticas públicas intersetoriais no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Este estudo teve como objetivo analisar as dimensões da insegurança alimentar e as principais estratégias de enfrentamento adotadas no país, considerando sua articulação com o DHAA e os desafios relacionados à implementação e ao financiamento das políticas públicas. Trata-se de revisão narrativa da literatura, com análise de publicações científicas e documentos institucionais nacionais e internacionais. Os achados evidenciam que a insegurança alimentar se manifesta desde a preocupação quanto ao acesso futuro aos alimentos até a insuficiência quantitativa e a vivência da fome, incluindo o consumo de dietas de baixa qualidade e dimensões socioculturais associadas à dignidade e autonomia. No campo das estratégias, destacam-se Restaurantes Comunitários, bancos de alimentos e o fortalecimento de mercados locais como iniciativas relevantes para ampliação do acesso alimentar. Contudo, a efetividade dessas ações depende de financiamento estável, articulação intersetorial e monitoramento contínuo. Conclui-se que o enfrentamento da insegurança alimentar requer abordagem sistêmica, integrada e sustentável, capaz de articular proteção

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Processos Gerenciais pela Universidade Estácio de Sá (2018). Graduanda em nutrição pela Universidade Iguazu (UNIG). Participante do Programa de Iniciação Científica (PIC) da Universidade Iguazu. <http://orcid.org/0009-0000-3866-1814>

<sup>2</sup> Nutricionista, doutor em Patologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciências Médicas pela mesma instituição e especialista em Nutrição Clínica. <http://orcid.org/0000-0003-0554-5141>

<sup>3</sup> Doutora em Ciências (Saúde da Criança e da Mulher) pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). Mestre em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz). Professora do Curso de Nutrição da Universidade Iguazu (UNIG - Campus Nova Iguazu). <http://orcid.org/0009-0006-9842-3029>

<sup>4</sup> Graduada em Nutrição pela UNIRIO (2003), Especialista em Ciência de Alimentos pela UFF (2006) e Mestre em Ciência de Alimentos pela UFRJ (2008). Possui Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFRJ (2022) e é Doutoranda em Alimentos e Nutrição pela UNIRIO. Atualmente é Coordenadora do Curso de Graduação em Nutrição e do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Iguazu (UNIG). <http://orcid.org/0009-0004-3417-8816>

social, fortalecimento do sistema alimentar e promoção de padrões alimentares adequados.

**Palavras-chave:** insegurança alimentar. segurança alimentar e nutricional. políticas públicas. direito humano à alimentação adequada. Brasil.

**Abstract:** Food insecurity is a multidimensional phenomenon shaped by economic, social, and institutional determinants that affect regular and permanent access to adequate food. In Brazil, the guarantee of the Human Right to Adequate Food (HRAF) is closely linked to the consolidation of intersectoral public policies within the framework of Food and Nutrition Security (FNS). This study aimed to analyze the dimensions of food insecurity and the main strategies adopted in Brazil to address it, considering their articulation with the HRAF and the challenges related to policy implementation and financing. This narrative literature review examined scientific publications and national and international institutional reports. Findings indicate that food insecurity ranges from concerns about future food access to quantitative food deprivation and hunger, including poor dietary quality and sociocultural dimensions related to dignity and autonomy. Among the strategies identified, Community Restaurants, food banks, and the strengthening of local markets emerge as relevant initiatives to improve food access. However, their effectiveness depends on stable funding, intersectoral coordination, and continuous monitoring. Addressing food insecurity requires a systemic, integrated, and sustainable approach capable of linking social protection, food system strengthening, and the promotion of healthy dietary patterns.

**Keywords:** food insecurity. food and nutrition security. public policies. human right to adequate food. Brazil.

Recebido em: 24/02/2026

Aceito para publicação em: 24/03/2026

## **1. INTRODUÇÃO**

Considerando o dever do Estado de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a Infraestrutura Pública voltada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) assume papel estratégico, especialmente na implementação de políticas que assegurem o acesso à alimentação. Entretanto, essa atuação não pode se restringir à dimensão assistencial, devendo articular-se às obrigações de respeito, proteção e promoção desse direito. A concretização do DHAA demanda políticas intersetoriais, integradas e complementares, capazes de incidir sobre todas as etapas do sistema alimentar, da produção à distribuição e ao consumo. Para que tais iniciativas sejam efetivas e sustentáveis, é imprescindível assegurar financiamento

adequado, institucionalização consistente e mecanismos operacionais que garantam sua implementação e qualificação contínua (Fagundes et al., 2022).

No contexto brasileiro, o fortalecimento das políticas públicas sociais ganhou impulso a partir da Constituição Federal de 1988, consolidando-se de forma mais estruturada com a implementação do Programa Fome Zero, em 2003 (Aranha, 2010; Vasconcelos et al., 2019). A partir desse período, ampliou-se a formulação de programas destinados à redução das desigualdades sociais, com participação da sociedade civil e maior articulação governamental. Nesse cenário, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi recriado como órgão de assessoramento da Presidência da República, com atribuições relacionadas à proposição, ao monitoramento e à avaliação de políticas de enfrentamento da fome. Paralelamente, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabeleceu diretrizes para a regulamentação e a efetivação do DHAA, promovendo a articulação entre os entes federativos, a sociedade civil organizada e o setor privado. As ações de SAN, inicialmente vinculadas às áreas de saúde e assistência social, passaram gradativamente a assumir caráter mais abrangente, estruturando-se de forma intersetorial e incorporando a promoção da cidadania como eixo orientador (Silva et al., 2018).

A insegurança alimentar manifesta-se em múltiplas dimensões e graus de intensidade. Pode iniciar-se com a preocupação quanto ao acesso futuro aos alimentos, evoluir para o consumo de dietas de baixa qualidade nutricional e, em situações mais severas, resultar na insuficiência quantitativa de alimentos no âmbito domiciliar. Além do aspecto material, envolve também uma dimensão social e cultural, na medida em que o acesso a alimentos de forma socialmente inaceitável compromete não apenas o estado nutricional, mas também a dignidade e a inserção social dos indivíduos (Segall-Corrêa et al., 2025).

Dados mais recentes disponíveis indicam que, no Brasil, a segurança alimentar tem apresentado melhora recente, embora ainda persistam níveis relevantes de vulnerabilidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2024, cerca de 75,8% dos domicílios encontram-se em situação de segurança alimentar, enquanto 24,2% vivenciam algum grau de insegurança

alimentar, sendo 3,2% classificados como insegurança alimentar grave (IBGE, 2024; IBGE, 2025). Embora divulgados em 2025, esses dados representam o panorama mais atual disponível até o momento (2026), evidenciando avanços recentes, mas também a permanência de desigualdades estruturais no acesso à alimentação no país.

Internacionalmente, observa-se um cenário paradoxal: enquanto aproximadamente um terço dos alimentos produzidos para consumo humano é perdido ou desperdiçado, milhões de pessoas permanecem em situação de fome ou insegurança alimentar. Diante desse quadro, diversos países têm assumido compromissos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere à meta 2.1, voltada à erradicação da fome, e à meta 12.3, direcionada à redução das perdas e do desperdício de alimentos. Entre as estratégias adotadas para enfrentar essa problemática, destacam-se os bancos de alimentos, que atuam na redistribuição de excedentes e no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade (Tenuta et al., 2021).

No que diz respeito ao financiamento das ações de SAN, observa-se variação significativa na alocação de recursos ao longo dos anos. Embora o ano de 2020 tenha registrado o maior volume de recursos, a distribuição entre categorias programáticas apresentou padrões distintos, com crescimento nas áreas de "Ações de saúde", "Soberania alimentar" e "Acesso à alimentação" e redução em "Sistema alimentar" e "Monitoramento do DHAA" (Martins et al., 2024). Esse cenário reforça a necessidade de análise crítica acerca da coerência entre prioridades políticas e execução orçamentária.

Diante desse panorama normativo, histórico e orçamentário, o presente estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura recente, as dimensões da insegurança alimentar e as principais estratégias de enfrentamento adotadas no Brasil, considerando sua articulação com o Direito Humano à Alimentação Adequada e os desafios relacionados à implementação e ao financiamento das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, destinada a analisar estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil, com ênfase em equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, como Restaurantes Comunitários e Bancos de Alimentos, bem como iniciativas relacionadas ao fortalecimento de mercados locais e pequenos comerciantes.

A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de documentos institucionais publicados por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

Foram incluídos estudos publicados preferencialmente nos últimos cinco anos, com foco no contexto brasileiro, que abordassem: (I) determinantes da insegurança alimentar; (II) qualidade da dieta e padrões de consumo alimentar; (III) políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; (IV) estratégias de redução de perdas e desperdício de alimentos; e (V) intervenções voltadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Também foram considerados relatórios técnicos e inquéritos nacionais de abrangência populacional. Foram excluídos estudos duplicados, publicações sem relação direta com o tema, trabalhos sem acesso ao texto completo e produções que não apresentavam fundamentação metodológica mínima.

O processo de seleção seguiu etapas adaptadas das recomendações do PRISMA, com adaptações, compreendendo: identificação dos estudos nas bases de dados e em fontes institucionais, remoção de duplicidades, triagem por leitura de títulos e resumos, avaliação de elegibilidade por leitura integral e definição da amostra final (Page et al, 2021). Ao todo, foram identificados 93 registros, dos quais 81 permaneceram após a remoção de duplicados. Após a etapa de triagem, 53 estudos foram selecionados para leitura completa, resultando na exclusão de 12 artigos por inadequação ao escopo ou fragilidade metodológica. Ao final, 41 estudos compuseram o corpus analítico desta revisão (Figura 1).

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica, seguida de categorização temática, com identificação de núcleos de sentido, agrupamento por similaridade e síntese interpretativa dos achados. Os resultados foram organizados em três eixos estruturantes: (1) dimensões da insegurança alimentar; (2) padrões de consumo alimentar no Brasil; e (3) estratégias institucionais de enfrentamento, incluindo equipamentos públicos e iniciativas voltadas ao fortalecimento do sistema alimentar local.

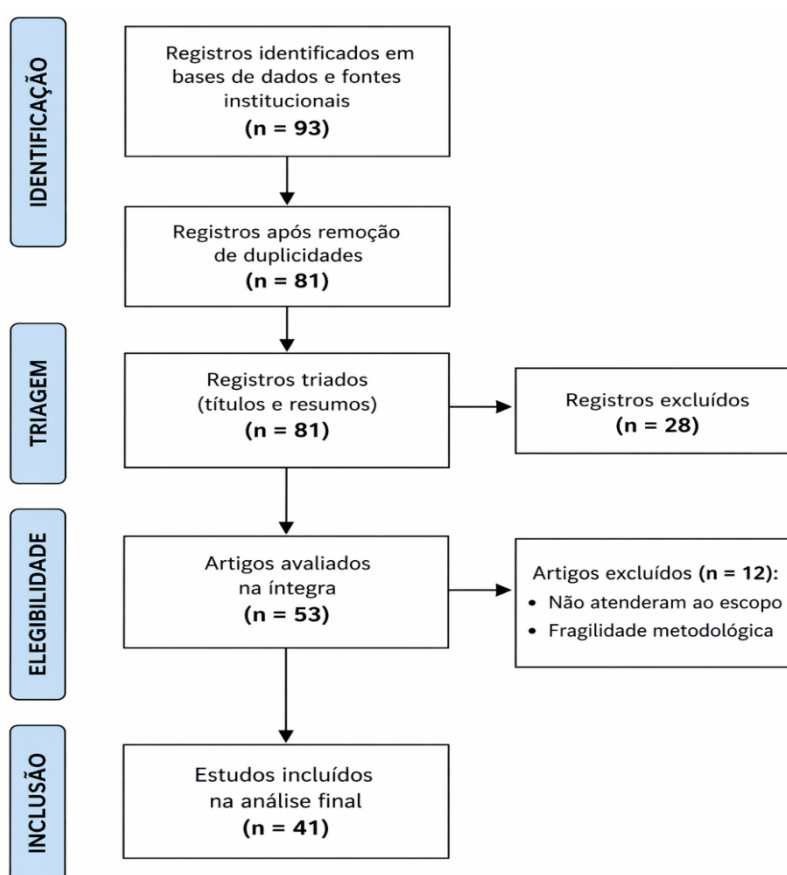


Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos, adaptado das diretrizes do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (Page et al., 2021).

### 3. DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 Preocupação ou incerteza quanto à possibilidade de obter alimentos no futuro próximo

A insegurança alimentar decorre da interação de determinantes econômicos, sociais e institucionais que se articulam de forma complexa e produzem diferentes

níveis de vulnerabilidade (Johansen et al., 2024). No Brasil, essa condição é mensurada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento validado para mensurar a percepção de acesso aos alimentos no domicílio, com base na experiência vivida pela família nos últimos meses. A partir de um conjunto de perguntas graduais sobre preocupação com a falta de alimentos, comprometimento da qualidade da dieta e restrição quantitativa, a EBIA classifica os domicílios em quatro níveis: segurança alimentar, quando há acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; insegurança alimentar leve, caracterizada por preocupação ou incerteza quanto ao acesso futuro e piora na qualidade da alimentação; insegurança alimentar moderada, quando há redução quantitativa de alimentos entre adultos; e insegurança alimentar grave, marcada pela ruptura no padrão alimentar, com redução quantitativa também entre crianças e ocorrência de fome (IBGE, 2024).

Nesse contexto, a preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro próximo configura-se como a manifestação mais precoce do fenômeno no Brasil. Classificada como insegurança alimentar leve, essa dimensão expressa a percepção de instabilidade no acesso regular aos alimentos, geralmente associada à insuficiência de renda, à informalidade no trabalho, ao desemprego e à fragilidade das políticas de proteção social. Ainda que não envolva, inicialmente, restrição quantitativa do consumo, sinaliza vulnerabilidade estrutural e risco de progressão para formas moderadas e graves (Coates et al., 2006; PENSSAN, 2024).

Evidências recentes indicam expansão da insegurança alimentar leve em períodos de instabilidade econômica e sanitária, refletindo deterioração das condições de vida. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia evidenciou aumento expressivo da preocupação quanto ao acesso aos alimentos como sinal inicial de agravamento do quadro. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) reforçam essa tendência, apontando maior incidência em domicílios de menor renda *per capita* e com presença de crianças (IBGE, 2024; PENSSAN, 2024).

Além das implicações materiais, essa dimensão produz efeitos psicossociais, como ansiedade, estresse e sensação de insegurança permanente, que influenciam estratégias alimentares defensivas, incluindo substituição por alimentos mais baratos

e redução da diversidade alimentar (Segall-Corrêa et al., 2014). Assim, a preocupação antecipatória não apenas precede a privação quantitativa, mas já compromete a qualidade da alimentação e o bem-estar familiar (FAO, 2023). O reconhecimento dessa etapa permite intervenções preventivas e fortalecimento de mecanismos de proteção social (PENSSAN, 2024).

### **3.2 Consumo de dietas de baixa qualidade**

O consumo de dietas de baixa qualidade constitui manifestação central da insegurança alimentar, especialmente em seus níveis leve e moderado (Gomes et al., 2023). Nesses estágios, a quantidade de alimentos pode estar preservada, mas ocorre comprometimento da qualidade nutricional e da diversidade alimentar. A restrição orçamentária leva à priorização de alimentos de menor custo e maior densidade energética, frequentemente ultraprocessados, em detrimento de alimentos *in natura* ou minimamente processados, aumentando o risco de deficiências nutricionais e doenças crônicas não transmissíveis (Oliveira; Canella, 2022).

Evidências nacionais demonstram associação consistente entre insegurança alimentar e pior padrão dietético. Dados da PNAD Contínua indicam menor consumo de alimentos frescos em domicílios inseguros (IBGE, 2024), enquanto análises da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) apontam maior participação de ultraprocessados na ingestão calórica entre famílias de menor renda (IBGE, 2020; Louzada et al., 2022), refletindo desigualdades estruturais.

O ambiente alimentar também exerce influência relevante. Territórios vulnerabilizados apresentam menor oferta de alimentos saudáveis e maior concentração de estabelecimentos que comercializam produtos ultraprocessados (Almeida et al., 2021), favorecendo dietas hipercalóricas e pouco diversificadas (Akhter et al., 2018). Esse cenário contribui para a coexistência entre insegurança alimentar e excesso de peso, fenômeno observado no Brasil, no qual dietas de baixo custo e alta densidade energética favorecem sobrepeso e obesidade (Bailey et al., 2022; Brito et al., 2024).

Assim, a baixa qualidade da dieta representa dimensão estruturante da insegurança alimentar, relacionada às desigualdades socioeconômicas e às

transformações do sistema alimentar. O enfrentamento exige estratégias integradas que articulem transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e regulação do ambiente alimentar (Løvhaug et al., 2022; Abdillah et al., 2025; Fagundes et al., 2022; Alejandro et al., 2025).

### **3.3 Restrição de acesso a alimentos em quantidade e qualidade socialmente adequadas.**

A insuficiência quantitativa de alimentos representa a forma mais grave da insegurança alimentar, caracterizada por redução de refeições, diminuição de porções e, em situações extremas, vivência de fome (Faris et al., 2025). No Brasil, essa condição atinge de forma desproporcional domicílios de baixa renda, com maior informalidade laboral e presença de crianças, mulheres e população negra, evidenciando desigualdades estruturais (Alloatti; Matos, 2023; Samuel et al., 2023; Silva et al., 2021). Dados nacionais confirmam a associação entre insegurança alimentar grave e privação alimentar ao longo do dia (IBGE, 2024; Rede PENSSAN, 2024).

Entretanto, a insegurança alimentar ultrapassa a dimensão quantitativa. A literatura reconhece seu componente social e cultural, relacionado ao acesso a alimentos de forma considerada socialmente inaceitável ou indigna. A necessidade de recorrer a doações, empréstimos ou estratégias informais pode comprometer autonomia e dignidade, gerando constrangimento e exclusão social (Bartelmeß et al., 2024; Ashby et al., 2016).

Adicionalmente, a ruptura de práticas alimentares tradicionais constitui expressão relevante dessa dimensão. Povos indígenas, comunidades tradicionais e populações rurais podem vivenciar insegurança alimentar não apenas pela escassez física, mas pela desestruturação de seus sistemas alimentares próprios, afetando soberania alimentar e identidade cultural (Segall-Corrêa et al., 2025; Hernández-Moreno et al., 2025). Dessa forma, insuficiência alimentar e inadequação sociocultural configuram dimensões interligadas que impactam dignidade e efetivação do DHAA (Fagundes et al., 2022).

### **3.4 Estratégias de combate a insegurança alimentar**

No conjunto das estratégias públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil, os Restaurantes Comunitários configuram-se como instrumentos estruturantes da política de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses equipamentos ampliam o acesso à alimentação adequada por meio da oferta de refeições nutricionalmente balanceadas a baixo custo ou gratuitamente, direcionadas prioritariamente a populações em situação de vulnerabilidade. Em contextos urbanos marcados por desigualdade de renda e precarização do trabalho, sua atuação reduz a exposição cotidiana à insegurança alimentar e contribui para maior estabilidade no consumo alimentar (Santana et al., 2025).

Para que seu impacto seja ampliado, entretanto, é essencial garantir regularidade e previsibilidade na oferta das refeições. A disponibilização diária, idealmente contemplando ao menos duas refeições, fortalece o efeito protetivo da política, reduzindo estratégias compensatórias adotadas pelas famílias, como restrição de porções ou substituição por alimentos de menor qualidade nutricional, e atenuando a ansiedade associada à instabilidade alimentar. Evidências indicam efeitos positivos não apenas sobre o acesso quantitativo, mas também sobre a qualidade da dieta, especialmente entre trabalhadores informais, pessoas em situação de rua e famílias de baixa renda (Sousa et al., 2021). Nesse sentido, os Restaurantes Comunitários contribuem tanto para a garantia imediata do consumo alimentar quanto para a promoção de padrões alimentares mais adequados.

Do ponto de vista estrutural, sua consolidação e expansão devem estar articuladas a políticas complementares, como programas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e compras públicas de alimentos, potencializando impactos na redução da insegurança alimentar e na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis (Brasil, 2006).

Os bancos de alimentos representam estratégia complementar relevante. Embora inspirados em modelos internacionais, foram adaptados às especificidades brasileiras, alinhando a agenda de redução de perdas e desperdício de alimentos à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Tenuta et al. (2021) demonstram que esses equipamentos estão presentes nas 27 unidades federativas,

com maior concentração nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, em consonância com a densidade populacional.

No país, consolidaram-se duas modalidades operacionais principais. O modelo com estrutura física própria possibilita recepção, triagem, armazenamento e redistribuição com maior controle sanitário e capacidade logística, embora demande investimentos mais elevados (Nichifor et al., 2025). Já o modelo descentralizado, organizado em rede, reduz custos operacionais e amplia capilaridade territorial. Ambos buscam equilibrar eficiência logística e viabilidade financeira, estabelecendo parcerias com centrais de abastecimento, redes varejistas, agricultores familiares e indústrias, e priorizando entidades socioassistenciais no processo de redistribuição (Tenuta et al., 2021). Assim, atuam simultaneamente na mitigação do desperdício e na ampliação do acesso a alimentos adequados.

Apesar de seu potencial, a efetividade dos bancos de alimentos depende de financiamento estável, articulação intersetorial e monitoramento sistemático, a fim de assegurar que a redistribuição de excedentes resulte em melhoria concreta das condições alimentares da população vulnerável.

Outra estratégia promissora envolve o fortalecimento de pequenos comerciantes, mercados de bairro e feiras livres como componentes do sistema alimentar local. Esses estabelecimentos desempenham papel relevante no abastecimento de territórios vulnerabilizados, ampliando o acesso físico a alimentos in natura e minimamente processados (Oliveira et al., 2024). Políticas de incentivo fiscal, crédito e apoio logístico podem reduzir custos, encurtar cadeias de comercialização e fortalecer economias locais (Glanz et al., 2005).

Sob a perspectiva nutricional, a valorização desses espaços favorece padrões alimentares mais saudáveis, uma vez que tradicionalmente comercializam frutas, hortaliças e alimentos básicos da cultura alimentar brasileira. A melhoria da infraestrutura e a integração desses pontos de venda a programas públicos de abastecimento podem ampliar o acesso a alimentos adequados, especialmente para famílias com restrição orçamentária (Costa et al., 2013). Dessa forma, a articulação entre equipamentos públicos, redes de redistribuição e comércio local fortalece

abordagens complementares no enfrentamento da insegurança alimentar, combinando acesso imediato, sustentabilidade e desenvolvimento territorial.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A insegurança alimentar no Brasil configura-se como fenômeno multifacetado, determinado pela interação de fatores econômicos, sociais e institucionais que se expressam em distintos níveis de intensidade, desde a preocupação com o acesso futuro aos alimentos até a restrição quantitativa e a vivência da fome. Trata-se de uma condição que ultrapassa a dimensão estritamente material, incorporando aspectos psicossociais, culturais e estruturais que afetam a dignidade, a autonomia e a estabilidade das famílias. Além disso, o consumo de dietas de baixa qualidade evidencia que a insegurança alimentar não se restringe à ausência de alimentos, mas envolve padrões alimentares inadequados que comprometem a saúde no médio e no longo prazo.

Nos casos mais severos, a privação quantitativa e o recurso a estratégias socialmente inaceitáveis de obtenção de alimentos revelam a persistência de desigualdades estruturais no país. Nesse contexto, políticas públicas como Restaurantes Comunitários, bancos de alimentos, fortalecimento de mercados locais, programas de transferência de renda e compras públicas da agricultura familiar desempenham papel estratégico na ampliação do acesso à alimentação adequada, especialmente entre populações em situação de maior vulnerabilidade. Quando articuladas à regulação do ambiente alimentar, tais iniciativas apresentam potencial para enfrentar tanto os efeitos imediatos da insegurança alimentar quanto seus determinantes estruturais.

Contudo, a efetividade dessas estratégias depende de financiamento estável, coordenação intersetorial e mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação, assegurando coerência entre os compromissos normativos e a implementação prática. A consolidação de políticas estruturantes, integradas e sustentáveis permanece condição essencial para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Nesse sentido, são necessários estudos adicionais que analisem de forma mais aprofundada a efetividade, a cobertura e a sustentabilidade das políticas

implementadas, bem como suas repercussões em diferentes contextos regionais e grupos populacionais.

## **REFERÊNCIAS**

ABDILLAH A, WIDIANINGSIH I, BUCHARI RA, NURASA H, AHMADI Z. Food insecurity versus public health? Social resilience. *J Public Health (Oxf)*. 2025. Doi: 10.1093/pubmed/fdae190.

AKHTER N, SAVILLE N, SHRESTHA B, MANANDHAR DS, OSRIN D, COSTELLO A, SEAL A. Change in cost and affordability of a typical and nutritionally adequate diet among socio-economic groups in rural Nepal after the 2008 food price crisis. *Food Secur*. 2018. Doi: 10.1007/s12571-018-0799-y.

ALEJANDRO RUIZ FE, ORTEGA JÁCOME JF, TEJERA E, ALVAREZ-SUAREZ JM. Edible insects as functional foods: bioactive compounds, health benefits, safety concerns, allergenicity, and regulatory considerations. *Front Nutr*. 2025. Doi: 10.3389/fnut.2025.1571084.

ALLOATTI MN, MATOS DE OLIVEIRA AL. Deepening and widening the gap: The impacts of the COVID-19 pandemic on gender and racial inequalities in Brazil. *Gend Work Organ*. 2023. Doi: 10.1111/gwao.12909.

ALMEIDA LFF, NOVAES TG, PESSOA MC, DO CARMO AS, MENDES LL, RIBEIRO AQ. Socioeconomic Disparities in the Community Food Environment of a Medium-Sized City of Brazil. *J Am Coll Nutr*. 2021. Doi: 10.1080/07315724.2020.1755911.

ARANHA, AV (Ed.). *Fome Zero: uma história brasileira...* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol3.pdf> Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

ASHBY S, KLEVE S, MCKECHNIE R, PALERMO C. Measurement of the dimensions of food insecurity in developed countries: a systematic literature review. *Public Health Nutr*. 2016. Doi: 10.1017/S1368980016001166.

BAILEY RL, KWON K, GARCIA C, WANG P. Fast food menu calorie labeling contexts as complex contributing factors to overeating. *Appetite*. 2022. Doi: 10.1016/j.appet.2022.105992.

BARTELMEß T, JASIOK S, KÜHNEL E, YILDIZ J. A scoping review of the social dimensions in food insecurity and poverty assessments. *Front Public Health*. 2022. Doi: 10.3389/fpubh.2022.994368.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União: Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm) Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

BRITO RCDS, PALMEIRA PA, LAURENTINO JSL, SILVA RTO, SANTOS ABMVD, OLIVEIRA AGRDC. Association between food insecurity and overweight: Protocol for a systematic review based on intersectionality of gender and race/color. PLoS One. 2024. Doi: 10.1371/journal.pone.0315184.

COATES J, FRONGILLO EA, ROGERS BL, WEBB P, WILDE PE, HOUSER R. Commonalities in the experience of household food insecurity across cultures: what are measures missing? J Nutr. 2006. Doi: 10.1093/jn/136.5.1438S  
COSTA JC, CLARO RM, MARTINS APB, LEVY RB. Locais de compra de alimentos: repercussões para uma alimentação saudável. Appetite. 2013. Doi: 10.1016/j.appet.2013.06.094.

FAGUNDES A, DE CÁSSIA LISBOA RIBEIRO R, DE BRITO ERB, RECINE E, ROCHA C. Public infrastructure for food and nutrition security in brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. Food Secur. 2022. Doi: 10.1007/s12571-022-01272-1.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/2023/en> Acesso em: 18 Fevereiro 2026.

FARIS M, ABUTAIR AS, ELFARRA RM, BARQAWI NA, FIRWANA AM, FIRWANA RM, ABUHAJJAJ MM, SHAMALY SA, ABUSAMRA SS, BASHIR HS, ABEDALRAHIM NA, NOFAL NA, ALSHAWAF MK, AL SHATALI RM, GHABEN KI, ALRON MI, ALQEEQ SS, AL-NABAHIN AO, BADAWI RA. Catastrophic famine in Gaza: Unprecedented levels of hunger post-October 7th. A real population-based study from the Gaza Strip. PLoS One. 2025. Doi: 10.1371/journal.pone.0309854.

GLANZ K., SALLIS JF, SAELENS BE, FRANK LD. Ambientes nutricionais saudáveis: conceitos e medidas. Am. J. Health Promot. 2005. Doi: 10.4278/0890-1171-19.5.330.

GOMES SM, CHAVES VM, DE CARVALHO AM, DA SILVA EB, DE MENEZES NETO EJ, DE FARIAS MOURA G, DA SILVA CHAVES L, ALVES RRN, DE ALBUQUERQUE UP, DE OLIVEIRA PEREIRA F, JACOB MCM. Biodiversity is overlooked in the diets of different social groups in Brazil. Sci Rep. 2023. Doi: 10.1038/s41598-023-34543-8

HERNÁNDEZ-MORENO A, GUTIÉRREZ-GUTIÉRREZ F, CELEDÓN-CELIS N, GIRONA-GAMARRA M, HOCHSTETTER-DIEZ J. Analysis of Public Policies on Food Security for Older Mapuche Adults in Rural Areas. Foods. 2025. Doi: 10.3390/foods14061055.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101742> Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

IBGE. EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/10/brasil-volta-ao-menor-patamar-de-fome-da-historia> Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2024-2025: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2026 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pof2024/> Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023: Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 18 Fevereiro 2026.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44728-mais-de-dois-milhoes-de-lares-saem-da-inseguranca-alimentar-em-2024> Acesso em: 19 Fevereiro 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mais de dois milhões de lares saem da insegurança alimentar em 2024. Agência de Notícias IBGE, 2025.

JOHANSEN IC, CALVI MF, LUZ VG, SEGALL-CORRÊA AM, ARANTES CC, ISAAC VJ, UTSUNOMIYA R, REIS VCES, MORAN EF. Poverty-Food Insecurity Nexus in the Post-Construction Context of a Large Hydropower Dam in the Brazilian Amazon. *Int J Environ Res Public Health*. 2024. Doi: 10.3390/ijerph21020155.

Louzada, M. L. C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e tendências recentes. *Revista de Saúde Pública*, 2022. Doi: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004744>

LØVHAUG AL, GRANHEIM SI, DOJOSOEPARTO SK, HARRINGTON JM, KAMPHUIS CBM, POELMAN MP, ROOS G, SAWYER A, STRONKS K, TORHEIM LE, TWOHIG C, VANDEVIJVERE S, VAN LENTHE FJ, TERRAGNI L. The potential of food environment policies to reduce socioeconomic inequalities in diets and to improve healthy diets among lower socioeconomic groups: an umbrella review. *BMC Public Health*. 2022. Doi: 10.1186/s12889-022-12827-4.

MARTINS MC, MACHADO ML, HINNIG PF, MACHADO PMO, GABRIEL CG. Public resources on the Brazilian Food and Nutrition Security agenda from 2000 to 2022. *Rev Saude Publica*. 2024. Doi: 10.11606/s1518-8787.2024058006104

NICHIFOR, B.; ZAIT, L.; TIMIRAS, L. Drivers, Barriers, and Innovations in Sustainable Food Consumption: A Systematic Literature Review. *Sustainability* 2025. Doi: <https://doi.org/10.3390/su17052233>

OLIVEIRA N, CANELLA DS. Trend of minimally processed and ultra-processed beverages purchased in Brazilian households: Less milk and much soft drink (2002-2003 to 2017-2018). *Front Public Health*. 2022. Doi: 10.3389/fpubh.2022.956142.

OLIVEIRA RT, CASTRO JUNIOR PCP, SUÉTE MATOS YAC, FERREIRA AA, SALLES-COSTA R. Food Acquisition Locations and Food Groups Acquired According to Levels of Food Insecurity in Brazil. *Int J Environ Res Public Health*. 2024. Doi: 10.3390/ijerph21121577.

PAGE, Matthew J.; MCKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *PLOS Medicine*, v. 18, n. 3, e1003583, 2021.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2024. Disponível em: <https://redepenssan.org.br/olheparaafome/> Acesso em: 18 Fevereiro 2026.

SAMUEL LJ, CREWS DC, SWENOR BK, ZHU J, STUART EA, SZANTON SL, KIM B, DWIVEDI P, LI Q, REED NS, THORPE RJ JR. Supplemental Nutrition Assistance Program Access and Racial Disparities in Food Insecurity. *JAMA Netw Open*. 2023. Doi: 10.1001/jamanetworkopen.2023.20196.

SANTANA SOUSA M, DE CÁSSIA AKUTSU R, DE SOUZA SILVA CM, SILVEIRA SILVA TEIXEIRA C, RODRIGUES DA SILVA IC. Food Security in Brazil: Evaluation of the Effectiveness of Community Restaurants in the North and Northeast Regions. *Int J Environ Res Public Health*. 2025. Doi: 10.3390/ijerph22020315.

SEGALL-CORRÊA AM, LUZ VG, DO AMARAL AZEVEDO MM, FERREIRA BR, EMPERAIRE L, GRUPPI DR, MARÍN-LEON L, LICIO JSA, PÉREZ-ESCAMILLA R. Validation of a food security experience scale among indigenous populations in Brazil. *Int J Equity Health*. 2025. Doi: 10.1186/s12939-025-02515-1.

SEGALL-CORRÊA AM, MARIN-LEÓN L., MELGAR-QUIÑONEZ H., PÉREZ-ESCAMILLA R. Refinamento da Escala de Medição de Insegurança Alimentar Domiciliar Brasileira: Recomendação para uma EBIA de 14 itens. *Rev*. 2014. Doi: 10.1590/1415-52732014000200010.

SILVA TC, FAGUNDES A, ROCHA C, MOTA JR, VOCI SM, GABRIEL CG, CURADO FF. Harvesting rainwater for food security: farmers' perceptions of the Boardwalk Cisterns Program in Alagoas, Brazil. *Rural Remote Health*. 2021. Doi: 10.22605/RRH6055.

SILVA, ACF, RECINE, E., JOHNS, P., GOMES, FDS, FERRAZ, MDA, FAERSTEIN, E. História e desafios dos movimentos sociais brasileiros pela conquista do direito à alimentação adequada. *Global Public Health*. 2018. Doi: 10.1080/17441692.2018.1439516

SOUSA MS, TEIXEIRA CSS, SOUZA JC, COSTA PRF, ZANDONADI RP, BOTELHO RBA, HAN H, RAPOSO A, ARIZA-MONTES A, ARAYA-CASTILLO L, AKUTSU RCCA. Evaluation of the Effectiveness of Brazilian Community Restaurants for the Dimension of Low-Income People Access to Food. *Nutrients*. 2021. Doi: 10.3390/nu13082671.

ENUTA N, BARROS T, TEIXEIRA RA, PAES-SOUSA R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int J Environ Res Public Health*. 2021. Doi: 10.3390/ijerph182312598.

VASCONCELOS, FDAGD, MACHADO, ML, MEDEIROS, MATD, NEVES, JA, RECINE, E., PASQUIM, EM. Políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil: de Lula a Temer. *Revista de Nutrição*. 2019. Doi: 32.10.1590/1678-9865201932e180161